

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2008

(Da Senhora Rebecca Garcia)

Solicita a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Sra. Nilcéa Freire, informações referentes à precocidade na vida sexual.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. que seja encaminhada a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Sra. Nilcéa Freire, solicitação de informações referentes à precocidade na vida sexual.

JUSTIFICATIVA

Os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher mostram um aumento no número de mulheres iniciando a vida sexual mais cedo. O estudo, publicado em matéria do jornal *O Globo*, detectou que o percentual de jovens que têm a primeira relação sexual aos 15 anos saltou de 11% para 32%. O total de adolescentes com idade entre 15 a 19 anos que se declararam virgens caiu de 67,2%, em 96, para 44,8% em 2006.

A precocidade na vida sexual é um desafio a ser enfrentado. As meninas também estão também se tornando, cada vez mais, mães prematuras. O número de grávidas de 15 anos quase dobrou nos últimos dez anos: saltou de 3% para 5,8%. Segundo o estudo, 32% das mulheres de 15 a 19 anos mantiveram a primeira relação sexual com 15 anos ou menos.

O quadro, impressionante e preocupante, poderá levar, mais uma vez, aos diagnósticos superficiais e, por isso, míopes: investir mais dinheiro público em campanhas em favor do chamado “sexo seguro”. O governo investe pesadamente nas campanhas em defesa do preservativo. A estratégia não funciona. Afinal, milhões de reais já foram gastos num inglório combate aos efeitos. O resultado está gritando na pesquisa mencionada.

Segundo a reportagem, a lista de culpados é extensa: o governo, a televisão, a sociedade, etc. Entretanto é importante ressaltar que, na verdade, é, principalmente, de todos os brasileiros que, num exercício de anti-cidadania, aceitam que o país seja

definido mundo afora como o paraíso do sexo fácil, barato, descartável. É triste, para não dizer trágico, ver o Brasil ser citado como um oásis excitante para turistas que querem satisfazer suas taras e fantasias sexuais com crianças e adolescentes. Reportagens denunciando redes de prostituição infantil, algumas promovidas com o conhecimento ou até mesmo com a participação de autoridades públicas, crescem à sombra da impunidade.

Diariamente, na televisão, nos outdoors, nas mensagens publicitárias, o sexo é guindado à condição de produto de primeira necessidade. Hoje, qualquer criança sabe mais sobre sexo, violência e aberrações do que qualquer adulto de um passado não tão remoto. Segundo o autor do artigo, não é preciso ser psicólogo para que se possam prever as distorções afetivas, psíquicas e emocionais dessa perversa iniciação precoce. A inocência infantil está sendo assassinada. Por isso, a multiplicação de descobertas de redes de pedofilia não deve surpreender ninguém. Trata-se, na verdade, das conseqüências criminosas da escalada de erotização infantil promovida por alguns setores do negócio do entretenimento.

Para o autor, o custo social da gravidez precoce é brutal. Repercute direto na fatura da saúde pública, despedaça a juventude, compromete a educação e desestrutura a família. A solução não está no marketing dos preservativos, mas num compromisso sério com a família e a educação. O resgate da juventude passa pelas políticas públicas de recuperação da família e de investimentos na educação integral. Família sadia e boa educação são, em todo o mundo, a melhor receita para uma sociedade amadurecida. Trata-se de uma responsabilidade que deve ser exigida e cobrada pela sociedade e pelos eleitores.

Diante do exposto, solicito a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Sra. Nilcéa Freire, as seguintes informações:

- 1) De que maneira a Secretaria pode interferir para diminuir os índices de gravidez precoce no país?
- 2) Além de campanhas para incentivar o uso da camisinha, o que mais pode ser feito para reverter o quadro?
- 3) Incluir a disciplina de educação sexual em todas as escolas públicas do país pode ser um caminho?
- 4) Que tipo de assistência a Secretaria oferece a mulheres que se tornam mães na adolescência?
- 5) Percebe-se que, de acordo com os dados, a promiscuidade cresce cada vez mais no Brasil. O que nós parlamentares e cidadãos podemos fazer para reverter este quadro crítico?

- 6) Existe algum programa do Governo Federal que trate exclusivamente da gravidez precoce e a precocidade na vida sexual? Se sim, como ele atua? Se não, existe a possibilidade de criação?

Sala de Sessões, 15 de julho de 2008

REBECCA GARCIA

Deputada Federal PP/AM